

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

28 e 29/11/2018

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

1ª parte do 13º deve ser paga até dia 30

A primeira parcela do 13º salário dos trabalhadores deve ser paga até 30 de novembro, já a segunda parcela deve ser paga até o dia 20 de dezembro. É importante lembrar que quem possui empregados domésticos também são obrigados a pagar o abono. O 13º salário é uma obrigação para todos empregadores que possuem empregados CLT, e o seu não pagamento ou atraso é considerado uma infração, podendo resultar em multas se for autuado por um fiscal do trabalho. “Para se ter ideia, o valor é de 160 UFIRs (R\$ 170,25) por empregado, e esse é dobrado em caso de reincidência. Lembrando que é uma multa administrativa em favor do Ministério do Trabalho e que, além dessa, terá que efetuar o pagamento e dependendo da convenção coletiva da categoria, pode ocorrer a correção do valor pago em atraso ao empregado”, alerta o consultor trabalhista da Confirp Contabilidade, Fabiano Giusti. O 13º é devido por mês trabalhado, ou fração do mês igual ou superior a 15 dias. Desta maneira, se o empregado trabalhou, por exemplo, de 1º de janeiro à 14 de março, terá direito a 2/12 (dois doze avos) de 13º proporcional, pelo fato de a fração do mês de março não ter sido igual ou superior a 15 dias. Desta forma, o cálculo é feito mês a mês, observando sempre a fração igual ou superior a 15 dias.

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 29/11/2018

Entidades esperam nova regulamentação de auxílio-moradia determinada por Fux

Associações de juízes e de membros do Ministério Público esperam para ver como será a regulamentação do auxílio-moradia pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e pelo CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) antes de decidir se vão recorrer da decisão do ministro Luiz Fux que, por ora, cassou o benefício. Representantes dessas carreiras veem chances de o auxílio-moradia voltar com a regulamentação, ainda que de forma mais restrita. A decisão do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) que revogou os pagamentos, nesta segunda-feira (26), não encerrou a discussão sobre o tema. “Conforme consta da decisão, caberá ao CNJ e ao CNMP as hipóteses de concessão do benefício”, esclareceu nesta terça (27) a assessoria de comunicação da presidência do Supremo. Procurado via assessoria, o gabinete do ministro Fux não se manifestou. À tarde, ele não participou da sessão da Primeira Turma.

“Ele [Fux] determinou que o CNJ e o CNMP façam alguma regulamentação. A gente não sabe exatamente qual é, a gente precisa avaliar o que pode ser feito. A AMB não tem hoje uma posição firmada sobre recorribilidade da decisão”, disse à Folha o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Jayme de Oliveira.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 29/11/2018

Reajuste dos ministros do STF pode trazer impacto de R\$ 1,6 bilhão à União

O aumento no salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) impacta o orçamento federal em R\$ 1,4 bilhão a R\$ 1,6 bilhão ao ano. Os cálculos foram divulgados pelo ministro do Planejamento, Esteves Colnago, que ressaltou que o valor pode ser maior porque ainda não foi definido o impacto da medida no Poder Legislativo. O aumento de 16% no salário dos ministros do STF repercute em outros poderes e nos estados porque representa o teto salarial do funcionalismo público. No cálculo da Consultoria Legislativa do Senado, que inclui os estados e municípios, o gasto com o efeito cascata gerado pelo aumento pode passar dos R\$ 5 bilhões ao ano. Já o fim do auxílio-moradia como forma de compensar o reajuste não terá o mesmo impacto nas contas públicas, segundo o ministro do Planejamento. O fim do auxílio-moradia no Judiciário federal e no Ministério Público representa cerca de R\$ 400 milhões de economia. Se incluídos outros poderes, pode chegar a uma economia de até R\$ 600 milhões, o que representa cerca de 37% do valor total gasto com o reajuste no salário dos ministros.

Fonte: Portal EBC - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Desemprego cai para 16,5% em SP

A taxa de desemprego total na Região Metropolitana de São Paulo ficou em 16,5% no mês de outubro, com queda em relação a setembro, quando foi registrado 17,3%. Os dados foram divulgados pela Fundação Seade e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). O total de desempregados em outubro foi estimado em 1,83 milhão de pessoas, 75 mil a menos que em setembro. O nível de ocupação aumentou com a abertura de 154 mil postos. O contingente de ocupados foi estimado em 9,28 milhões de pessoas. A pesquisa apontou aumento de 0,7% na população economicamente ativa, já que 71 mil pessoas entraram no mercado. Em outubro, por setores, houve aumento de emprego nos serviços, alta de 1,7% (92 mil postos); no comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, cuja elevação foi de 2,3% (38 mil vagas) e na Indústria de Transformação, com alta de 1% (14 mil vagas). A construção ficou estável. Entre agosto e setembro, o rendimento médio real dos ocupados diminuiu 1,2%, chegando a R\$ 2.049. A renda dos assalariados também reduziu 1,1%, passando a R\$ 2.072.

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 29/11/2018

Jair Bolsonaro admite ter 20 ministérios

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, admitiu ontem (27) que seu governo poderá ter até 20 ministérios e disse que a articulação política será compartilhada entre a Casa Civil e a Secretaria de Governo. "Nós nos perdemos um pouquinho, queríamos 15 ministérios, e por questão de funcionalidade, tivemos que manter status de ministério." Como exemplos, citou os casos do Banco Central e da AGU (Advocacia-Geral da União), para os quais já anunciou, respectivamente, o advogado André Luiz Mendonça e o economista Roberto Campos Neto. "O Banco Central (manterá o status) até a sua independência. A AGU, entendemos que tem que ter o status de ministério", disse. Durante a campanha, Bolsonaro prometeu cortar a atual estrutura da Esplanada -de 29 pastas- para 15. Contudo, já anunciou 16 nomes para compor o primeiro escalão de seu governo ao confirmar, ontem, Tarcísio de Freitas para Infraestrutura. Em entrevista, ele explicou também que a articulação com o Congresso será compartilhada entre o futuro chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e o general Carlos Alberto dos Santos Cruz, anunciado na segunda (26) como ministro da Secretaria de Governo.

Leia mais: Jornal Diário do Litoral - 28/11/2018